

Congresso omissso

A quebra do ciclo da impunidade, expectativa de toda a população brasileira, está sendo frustrada pelo espírito de corpo do Congresso Nacional. O universo dos punidos restringe-se, até aqui, a poucos nomes: deputados Fábio Ruineitti, Raquel Cândido, Féres Náder e Carlos Benevides.

Quatro dos principais acusados — deputados João Alves, Genebaldo Correia, Manoel Moreira e Cid Carvalho — escaparam pela via indecorosa da renúncia. E dois, os deputados Ricardo Fiúza e João de Deus, foram absolvidos nas duas instâncias em que foram julgados, a Comissão de Constituição e Justiça e o plenário da Câmara dos Deputados.

Pior: o plenário os absolveu não por convicção de inocência, o que seria ao menos legítimo, do ponto de vista processual, mas por falta de **quorum**, o que é, no mínimo, obsceno. Os que renunciaram, ressalte-se, fizeram-no com a maior desfaçatez, avisando com larga antecedência que assim procederiam, beneficiados por manobra espúria, que aprisionou na burocracia do Senado projeto de lei do deputado José Dirceu, mediante a qual a renúncia não sustaria processos em curso, bem como as punições deles decorrentes.

A imprensa denunciou a manobra inutilmente. Prevaleceu o espírito de corpo, que resultou na impunidade. A CPI do Orçamento não é a única frustração popular. O mesmo Congresso que protege seus anões negou à sociedade pelo menos duas outras comissões parlamentares de inquérito de fundamental importância para o saneamento da vida pública brasileira: a das empreiteiras, que pre-

tendia identificar e punir os corruptores; e a da CUT, que se propunha a levar o processo de faxina ética ao universo sindical.

Em ambos os casos, prevaleceram interesses menores, fisiológicos, à esquerda e à direita. E o resultado é que a credibilidade da instituição, que já não era das maiores, baixou ainda mais. As punições havidas, além de não alcançarem os nomes mais expressivos, claramente responsáveis pela articulação da rapina ao Orçamento, resultaram de irresistível pressão popular. Não foi gesto espontâneo da instituição, em busca de justiça e de aprimoramento ético.

O impacto maior junto à opinião pública resulta da quebra de expectativa que tudo isso representa. Afinal, foi esse mesmo congresso que, e em nome da moral e dos bons costumes na vida pública nacional, derrubou, por via de **impeachment**, um presidente da República eleito pelo voto direto. Foi implacável no julgamento político que exerceu sobre outro Poder — no caso, o Executivo —, e está sendo negligente quando se trata de julgar a si próprio.

O que a sociedade brasileira reclama — e é ela, com seus impostos, que sustenta os homens públicos — é que haja justiça. Os Poderes da República, em vez de cultivar atitudes corporativistas, devem associar-se para elevar o padrão da vida pública brasileira. Congresso e Judiciário devem quebrar o ciclo da impunidade, agindo com isenção e velocidade: o Legislativo cassando seus anões e o Ministério Público denunciando-os à Justiça.